



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE TRABALHO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Aos trinta dias do mês de agosto de 2004, às 14 horas, na Escola Superior do Ministério Público da União, sob a presidência da Diretora-Geral, Doutora Lindôra Maria Araujo, reuniu-se o Conselho Administrativo: MPF - Doutor Odim Brandão Ferreira; MPT - Doutor Ricardo José Macedo de Britto Pereira, MPM - Doutora Adriana Lorandi, MPDFT – Doutor João Alberto Ramos, estando presente também o Doutor Eugênio José Guilherme de Aragão, Diretor-Geral Adjunto; o Dr. Hindemburgo Chateaubriand P. D. Filho, Diretor de Pós-graduação e Pesquisa; e o Coordenador de Ensino: MPF – Doutor Humberto Jacques de Medeiros. Nesta ocasião, foi designada a servidora Jozaida Garrido Calembó Marra, para secretariar os trabalhos. Iniciando-se os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: **1.** Dra. Adriana Lorandi apresentou relatório oral a respeito da participação na reunião do CEDEMP, realizada em Florianópolis – SC. **2. Curso de Aperfeiçoamento em Ciências Jurídicas Conducente ao Mestrado, da Universidade de Lisboa.** O Conselho tomou conhecimento do relatório trimestral encaminhado pela Dra. Maria da Glória Martins dos Santos. **3. Palestra sobre “Gestão Estratégica de Risco”,** proferida pela Professora Liêda Amaral de Souza, realizada em São Paulo, no dia 28/6/2004. O Conselho tomou conhecimento do relatório circunstanciado encaminhado pelo Dr. Álvaro Stipp. **4. Curso de Especialização à Distância em Direito Sanitário.** O Conselho deliberou a reiteração do OF/CONAD/07/2004 e estipulou o prazo de 20 dias para a resposta. **5. Curso de Educação à Distância da UNIREDE, oferecido pela UnB.** O Conselho decidiu oficializar a UnB para apresentar a justificativa quanto a não conclusão do curso. **6. Grupo Força para Vencer,** instituição filantrópica, declarada de utilidade pública federal, que visa recuperação de pessoas com problema de dependência química, solicita a doação de móveis e equipamentos, tais como: mesas, cadeiras, armários de aço, máquinas de escrever e calcular, ventiladores, celulares, fax, computadores e equipamentos de informática em geral. O Conselho decidiu encaminhar o documento à Secretária-Geral da PGR. **7. Boletim Científico.** O Conselho autorizou o Dr. Hindemburgo a viabilizar a análise dos artigos encaminhados, apenas para o próximo número. Deliberou, também, que para a próxima reunião, os representantes de cada ramo indiquem seus representantes no Conselho Editorial. **8. Livro: Princípio da Precaução.** O Conselho retirou de pauta para melhor exame da matéria. **9. Palestra Processo Administrativo e Produção de Atos Administrativos Normativos,**

proferida pelo professor Adilson Abreu Dallari, na sede da ESMPU, no dia 24/8/2004. O Conselho deliberou o pagamento do valor líquido de R\$ 1.403,70, conforme já autorizado em sessão anterior. Como regra geral, o Conselho não autorizará pagamento de honorários. **10. Palestra da Professora Bárbara Hudson.** O Conselho decidiu solicitar apoio de outras entidades congêneres para o pagamento da tradução da palestra. Se não se lograr sucesso, haverá tradução sucessiva feita por membro do Ministério Público. **11. III Seminário Jurídico do Núcleo Estadual ESMPU/MPM/MG “O Ministério Público e as Demais Instituições do Estado no Enfrentamento das Organizações Criminosas”,** a ser realizado em Juiz de Fora, nos dias 24 a 26/11/2004. O Conselho autorizou o envio de R\$ 1.200,00 para confecção de cartazes e *folders*, e respectiva postagem. **12. VI Congresso Interno do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios,** a ser realizado no período de 4 a 7/11/2004, na Costa do Sauípe-BA. O Conselho, por maioria, vencido o representante do MPDFT, indeferiu o pedido de apoio, tendo em vista que similares eventos em todos os outros três ramos são custeados exclusivamente pelas respectivas associações de classe e pelos membros participantes. **13. Reunião dos Coordenadores de Ensino.** Dr. Humberto fez breve relato sobre a reunião: **a) critérios para seleção de candidatos a mestrado e doutorado:** (1) Idioma, (2) Publicação Doutrinária e (3) Docência. 1- O Idioma (idioma do curso ministrado) será valorado em 50%, tanto para mestrado como para doutorado, tendo pontuação máxima (50) os diplomas internacionais, (45) a cidadania estrangeira, e (40) os diplomas nacionais, sendo que o título de maior pontuação exclui os demais, não havendo pontuação cumulativa. 2- A Publicação Doutrinária será valorada em 40% para o mestrado e 30% para o doutorado. As Publicações no tema do mestrado ou doutorado em questão terão pontuação maior, de 25 para o mestrado e 20 para o doutorado, ficando para as publicações fora do tema o limite de 15 pontos para o mestrado e 10 pontos para o doutorado. Não serão considerados para efeito de pontuação nesse item as publicações não doutrinárias e as publicações doutrinárias em jornais e revistas não especializados, bem como a publicação de sentenças ou pareceres e a elaboração de apostilas e cartilhas. 3- A Docência será valorada em 10% para o mestrado e 20% para o doutorado. Para o mestrado, serão consideradas as seguintes docências com respectiva pontuação: em Graduação, 5 pontos, e em Especialização no tema do curso pretendido, 3 pontos. Para o doutorado, serão consideradas as seguintes docências com respectiva pontuação: em Mestrado, 10 pontos, em Graduação, 7 pontos e em Especialização no tema do curso pretendido, 5 pontos. Nesse item, somente a maior pontuação será considerada. **b) Temas que seriam interessantes para todos os quatro ramos do MPU,** ficando eleitos: Direitos Humanos (p. ex. Tortura), Políticas Públicas, Direito Penal, Direito Processual Penal, Ministério Público (p. ex. Independência funcional, Código de Ética, Política de atuação, seleção e prioridades), Problemas

Adilson

José

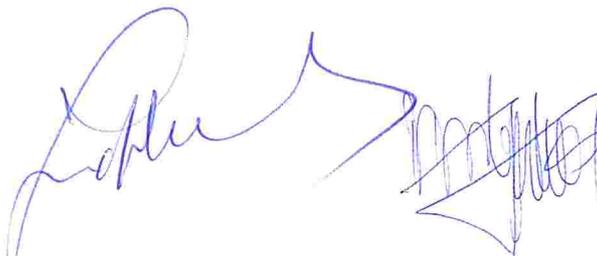
Adilson

José

gerenciais (metas, indicadores, metodologias de trabalho, alocação de recursos), Orçamento. **c) Eventos:** Adoção de alguns critérios de qualificação de propostas. Elaboração de produto. Copatrocínio. Custeio pelos participantes. Integração em uma das linhas de pesquisa ou área de interesse da ESMPU. Preparação do evento por grupos de estudo, papers e discussões estruturadas. Apoio das Câmaras ou correspondentes. Transmissão pela internet. **d) Cursos.** Especialização à distância com universidade de prestígio. Desenvolvimento de programa de especialização em Direitos Humanos com pessoal próprio do MP e possibilidade de oferta do produto ao exterior. Construção de módulos temáticos que sirvam para recolher as experiências e saberes específicos adquiridos no exercício das funções. Curso de ingresso, auxílio no estágio probatório e formação continuada (propor ao Conselho a criação de uma diretoria para esses fins). **e) Pesquisa.** 1- Pesquisa por alunos de Graduação: Instituição de Programa assemelhado ao PIBIC para Bolsas de Pesquisas de estudantes de graduação sob orientação de professores universitários e membros do Ministério Público. Prêmio de Monografia Final sobre o Ministério Público. 2- Pesquisa aplicada: financiamento de projetos para investigar soluções a problemas do Ministério Público ou avaliarem o sucesso/insucesso de iniciativas do Ministério Público ou revelarem dados sobre o perfil existente do Ministério Público. 3- Pesquisa estrangeira: acolher na Escola pesquisadores estrangeiros que queiram estudar o Ministério Público. Patrocínio de experiências piloto: custeio e apoio de iniciativas pioneiras que queiram inovar no modo de atuação ou gerenciamento do trabalho do Ministério Público. **f) Biblioteca.** Construção de um Centro de Documentação e referência em Ministério Público, preferencialmente com todo acervo disponível on-line, à semelhança dos portais estrangeiros de Direito e Legislação. Inclusão no acervo de: todas as legislações federais e estaduais, vigentes e revogadas, sobre Ministério Público; todas as revistas do Ministério Público; literatura estrangeira sobre Ministério Público; produção científica em outras áreas que não Direito sobre Ministério Público. **g) Edições.** Privilegiar co-edições. Obras estrangeiras importantes para o Ministério Público e inexistentes em língua portuguesa. Manuais de atuação. Criação de publicações eletrônicas. Série histórica de livros do Ministério Público, preferencialmente em parceria com o Senado Federal. Redefinição da composição do Conselho Editorial e a fixação de linha editorial para a Escola. **h) Reconhecimento e Valorização do Ministério Público.** Produção de cartilhas sobre o Ministério Público para seguimento da sociedade civil. Produção de inserções sobre o Ministério Público para rádio e TV. Produção de documentação informativa sobre Ministério Público em língua estrangeira. Criação de Prêmio de jornalismo em Ministério Público. Aproximação com Organismos Internacionais e Ministérios Públicos Estrangeiros. Busca de entidades congêneres a esta Escola Superior. Concepção de programa estratégico para o desenvolvimento do Ministério Público no Século XXI, avaliando cenários, possibilidades,

fgus

Adina



f. me

oportunidades e desafios com que se defrontará o Ministério Público. Convite a formadores de opinião da sociedade brasileira a travarem dialogo crítico com os integrantes do Ministério Público.

14. Seminário sobre assistência internacional para reconstrução do Haiti. O Conselho autorizou sua realização no dia 9/9/2004, às 14 horas e 30 minutos no auditório da Escola, cobrindo as despesas de locomoção do conferencista Oscar Vieira Vilhena e de locomoção e despesa da conferencista Aline Tatiane Adolphs. **15. Curso: Acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados: aspectos jurídicos, técnicos e experiências concretas.** O Conselho sinalizou com a possibilidade de custeio do evento, com a participação de até 15 pessoas, com o pagamento de passagens e hospedagem se explicitados os produtos que resultarão do curso. **Próxima Reunião do Conselho Administrativo: dia 13 de setembro de 2004, às 14 horas.** Nada mais havendo a ser deliberado, foi encerrada a reunião, às 18h, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por esta Secretária, *J. G. Soares* e os Membros do Conselho Lindôra Maria Araujo, Odim Brandão Ferreira, Ricardo José Macedo de Brito Pereira, Adriana Lorandi, João Alberto Ramos, os Diretores Eugênio José Guilherme de Aragão e Hindemburgo Chateaubriand P. D. Filho, e o Coordenador de Ensino Humberto Jacques de Medeiros.

me
J. G. Soares
Lindôra Maria Araujo
Odin Brandão Ferreira
Hindemburgo Chateaubriand P. D. Filho